

Maciel pede uma definição a Aureliano

O senador Marco Maciel, presidente do PFL, vai pedir ao ministro Aureliano Chaves que defina claramente se o partido pode começar a trabalhar, daqui por diante, em torno de sua candidatura à Presidência da República como possibilidade concreta, aliando a isso uma articulação intensa para adiar a implantação do parlamentarismo para depois do próximo mandato.

Maciel está preocupado em «segurar» o grupo dissidente pefelista (favorável ao rompimento com Sarney), que já começa a emitir os primeiros sinais de desagregação, com alguns de seus integrantes já falando na hipótese de compor com a candidatura Mário Covas, em função da falta de definição de Aureliano Chaves.

O comando pefelista está apostando na possibilidade de adiar o parlamentarismo e prepara como arma de barganha a apresentação de emenda propondo eleições gerais no ano que vem. Ontem, Marco Maciel reiniciou contatos no partido e se comprometeu a marcar imediatamente um encontro com Aureliano, para saber se pode, efetivamente, traçar um cronograma de lançamento do ministro, que viaja hoje para Curitiba. Maciel, que já recebeu sinal verde de Aureliano para começar a articular a candidatura, não tem ainda uma definição do ministro quanto a prazos e acha que o mês limite para qualquer início de estratégia é dezembro.

Maciel vem sofrendo pressões dos dissidentes, que se manifestaram dispostos a romper com o governo Sarney mas permanecem à espera da definição de Aureliano Chaves. A candidatura do ministro à Presidência da República seria a arma dos dissidentes para fortalecer o movimento, razão pela qual a estratégia tem que começar de imediato. Há, no entanto, quem não acredite numa tomada de posição do ministro, o que deixa o partido sem perspectiva. Essa é a razão pela qual alguns dos dissidentes, como Jayme Santana (MA) e Alcení Guerra (PR), entre muitos outros, já vejam com simpatia uma aliança com Mário Covas, na hipótese de o senador peemedebista não conseguir sair candidato pelo seu partido e ter que procurar novas opções para se lançar.

O comando do PFL está preocupado também com a possibilidade de implantação imediata do parlamentarismo, o que significaria, em primeiro plano, a demissão de todos os ministros do partido, já que o PMDB assumiria por inteiro o Governo. Alguns dos dissidentes argumentam que, se não optar por deixar o Governo agora para se candidatar, Aureliano acabará tendo que sair «pela porta dos fundos», como ministro demitido.

Constituintes indecisos com o calendário

Com o término hoje da votação do substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB/AM), na Comissão de Sistematização, o clima é de incerteza sobre o que vai acontecer nesta e na próxima semana na Assembleia Nacional Constituinte. O próprio relator Bernardo Cabral não sabia ao certo ontem, se o prazo de apresentação de emendas de plenário teria início no sábado estendendo-se até segunda-feira, ou se o prazo seria de segunda à quarta-feira.

Segundo Cabral, amanhã a Sistematização deve votar a redação final do título IX, que trata das Disposições Transitórias. Quinta-feira será publicado o avulso do substitutivo aprovado pela Sistematização. No dia seguinte, ele será distribuído. A partir daí, não se sabe quando começa o prazo de apresentação de emendas. De concreto, apenas que findo este prazo, o relator Bernardo Cabral terá cinco dias para emitir o parecer sobre estas emendas que irão para o plenário da Constituinte.

O presidente em exercício da Assembleia Nacional Constituinte, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), emitiu parecer de um substitutivo que altera o regimento interno da Assembleia Nacional Constituinte. O grupo «Centrão» também apresentou outro. As emendas a ambos foram apresentadas ontem à noite em sessão extraordinária da Assembleia, convocada pela Mesa.

Comissão rejeita a ampliação da anistia



Os militares assistiram à votação da emenda que propunha a ampliação da anistia

Voto de Covas irrita progressistas do PMDB

Marcondes Sampaio

Antes da aprovação dos quatro anos de mandato do presidente Sarney pela Comissão de Sistematização, uma das expectativas que havia no PMDB era a da precipitação do debate interno em torno das candidaturas do partido à Presidência da República. Ontem, porém, surgiram dois fatos que poderão contribuir para o retardamento desse debate: o acidente coronário sofrido pelo presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, e a reação ao voto do líder Mário Covas, contra a anistia para os marinheiros punidos pelo movimento de 64.

Se um problema da mesma natureza que atingiu Ulysses reclama um mínimo de resguardo, Covas — que também sofreu uma cirurgia cardíaca — tende igualmente, a passar por um período de observação, senão médica, ao menos política, da parte de muitos dos seus correligionários.

Na verdade, o líder peemedebista provocou grande irritação no principal núcleo de entusiastas da sua candidatura — a esquerda do partido — ao votar contra a anistia. Articuladores do Movimento de Unidade Progressista como os

deputados Nilton Friedrich, Wilson de Sousa Haroldo Sabóia e Raquel Capiberibe não escondiam, à tarde, que Covas comprometeu sua imagem no grupo e saiu «com arranhões» desse episódio.

Influência

Além da posição em si, os «progressistas» deploraram o fato de Covas ter votado «desnecessariamente» contra a anistia, uma vez que ele é suplente e não titular da Comissão de Sistematização. Uma das interpretações mais frequentes entre parlamentares do PMDB era a de que Covas agira por influência do senador José Richa, amigo pessoal do ministro do Exército.

Os deputados baianos Francisco Pinto e Jorge Hage também reconheceram que o líder decepcionou com o seu voto, mas disseram acreditar que o episódio será esquecido, diante do conjunto da atuação de Covas, normalmente identificada com as posições da esquerda peemedebista. Para os deputados Nilton Friedrich e Raquel Capiberibe, a reabilitação de Covas poderia ocorrer se ele encabeçasse, em plenário, a defesa da anistia dos militares, invertendo, deste modo, a posição adotada na Comissão.

Justiça pode rever atos do 31 de Março

Todas as lesões e atos discriminatórios tomadas após o movimento de 31 de março de 1964 poderão ser revistos e apreciados pelo Poder Judiciário. Esta foi a decisão tomada pela Comissão de Sistematização ontem, quando aprovou, por 61 votos contra 27, emenda do deputado José Costa (PMDB-AL), derrubando dispositivo da atual Constituição que tornara tais punições insuscetíveis de apreciação. Também foi concedida anistia aos trabalhadores do setor privado e reparação econômica aos aviadores da FAB afastados por portarias reservadas do Ministério da Aeronáutica.

Apoiado por um acordo de lideranças e contando com o parecer favorável do relator Bernardo Cabral, o destaque de autoria do deputado José Costa não encontrou dificuldades para sua aprovação. O parlamentar invocou o texto, já aprovado, do artigo 5º, em seu parágrafo 3º, que dispõe a impossibilidade de a lei excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão ou ameaça a direitos.

Já o parlamentar goiano José Maria Eymael (PDC) conseguiu aprovar, por 55 votos contra apenas 28, destaque, com parecer contrário do relator, pelo qual o Congresso Nacional deverá elaborar uma lei específica para que a conquista dos aviadores passe a vigorar 12 meses após a promulgação da nova Constituição.

Já o destaque do petista João Paulo Vasconcelos (MG) foi colocado em votação por insistência do vice-líder do PT, Plínio de Arruda Sampaio, e aprovado por 49 votos contra 39.

Com voto do líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, e da maioria da bancada, que temia uma crise militar, a Comissão de Sistematização rejeitou ontem três emendas que queriam ampliar a anistia prevista no substitutivo do relator Bernardo Cabral, nela incluindo os praças e marinheiros. A cautela do PMDB diante de possíveis reações militares ficou clara em pronunciamento feito da tribuna pelo deputado Egidio Ferreira Lima em nome da liderança e em encontro do senador Fernando Henrique Cardoso pela manhã com os integrantes do Movimento pela Anistia.

Segundo os membros do movimento «o senador Fernando Henrique e o deputado Fernando Gasparian nos pediram para retirar a emenda explicando que a alta direção do PMDB era contra porque achava que os militares não suportariam. Disseram que se a emenda passasse, o Congresso podia ser até fechado», disse o coronel Joaquim Leite de Almeida, um dos articuladores da anistia.

Ulysses

A primeira emenda foi derrotada por 59 votos contra 32. Os oradores que se manifestaram favoravelmente à anistia leram por três vezes, em diferentes ocasiões,

Rejeição evita crise militar

A rejeição de uma das emendas mais controversas ao projeto de Constituição do deputado Bernardo Cabral — a que anistiava marinheiros, cabos e soldados afastados de seus cargos por ato administrativo — quase gerou agressões aos líderes Mário Covas (PMDB) e Jarbas Passarinho (PDS-PA). Mas, provavelmente, evitou, ontem, que a crise militar se somasse às crises econômica e política do País.

O senador José Richa (PMDB-PR) comentava, após a votação da matéria, que «alguns constituintes estavam querendo apostar na demagogia, dobrando a parada, de lance em lance, do jogo constitucional». O ex-governador paranaense deu à entender que uma decisão em contrário da Constituinte, no caso, poderia suscitar problemas.

Após a votação, um grupo de interessados na anistia ofendeu Passarinho e Covas, que votaram contra a emenda, rejeitada pela Comissão de Sistematização da Constituinte.

Mais tarde, Covas foi ao encontro dos manifestantes, e um dos que tentaram agredí-lo pediu-lhe desculpas. Covas logo se viu cercado pelo grupo de 50 ou 60 manifestantes, que queriam saber do líder se seria possível rever a questão, no plenário da Constituinte. «Poderia dizer que vou fazer o que vocês querem e isso lhes agradaria. Mas seria mentira. Vamos, no entanto, procurar uma solução de consenso para o caso. Só que consenso não é uma fórmula que atenda apenas a um dos lados». Dian-

entrevista do presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, em 1985, quando foi aprovada a anistia da emenda 26 e ele afirmava que aquela era uma etapa e que a anistia teria avanços na Constituinte.

Autor da segunda emenda, que propunha o pagamento dos atrasados aos anistiados, em plano a ser elaborado pelo Governo, o senador Jamil Haddad (PSB-RJ) leu da tribuna um telegrama de apoio, passado por «um dos maiores líderes do PMDB» ao movimento da anistia, afirmando que este mesmo líder havia votado contra a emenda. Mais tarde, integrantes do movimento mostraram o telegrama e revelaram o nome do signatário, que era o senador Fernando Henrique Cardoso. A emenda de Jamil Haddad foi derrotada por 55 votos contra 36.

O relator Bernardo Cabral foi contra as três emendas e conseguiu a manutenção de seu texto, segundo o qual é concedida a anistia a todos os que no período de 18 de setembro de 1946 até a data de promulgação da Carta foram atingidos, por motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares e aos que foram abrangidos por decreto legislativo de 1961 e decreto-lei de 1969. O dispositivo assegura as promoções na inatividade, mas somente gera efeitos financeiros a partir da promulgação da Constituição e proíbe qualquer pagamento retroativo.

de da informação de Covas, alguns manifestantes tornaram a via-lo. O líder do PMDB pediu licença e se afastou.

Vitória

O desfecho da votação da emenda sobre anistia aos marinheiros, soldados e cabos foi uma vitória das assessorias militares na Constituinte. Um dos assessores explicou que fora orientado pelo ministro de sua pasta a não se envolver em disputas na Assembleia. Mas, sempre que consultado, esclarecesse que a emenda afinal rejeitada era inaceitável. Pelo que explicou, o número de demitidos por ato administrativo passa de 18 mil. Anualmente, segundo o informante, centenas de soldados, marinheiros e cabos são demitidos administrativamente, por vários motivos. Assim, segundo ele, fazer com que todos demitidos constituíssem reserva remunerada seria desastroso, sob vários aspectos.

Após a rejeição dessa emenda (de autoria do deputado Brandão Monteiro, do PDT do Rio), foram aprovados dois destaques sobre anistia: o primeiro admite que lei de iniciativa do Congresso venha a indenizar pessoas proibidas de voar, por portarias secretas do Ministério da Aeronáutica, depois de 1964; o segundo dá aos que se sentiram lesados por atos institucionais o direito de recorrer ao judiciário.

Para um dos assessores militares na Constituinte, o senador Covas agira com grande bravura, na Assembleia, ganhando, com isso, a admiração das Forças Armadas.